

A FIXAÇÃO DA CRENÇA EM AMBIENTE DE NEGACIONISMO: C.S. PEIRCE E A FILOSOFIA DO JORNALISMO

The Fixation of Belief in an Environment of Denialism: C.S. Peirce and the Philosophy of Journalism

La fijación de la creencia en un entorno de negacionismo: C.S. Peirce y la filosofía del periodismo

Felipe Moura de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre – RS, Brasil

felipecomunica@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8411-7526> 

Resumo: O artigo, de natureza ensaística, busca inspiração nos métodos de fixação da crença em C.S. Peirce (2003) para discutir a crise do jornalismo frente ao ambiente digital (realçada pelos fenômenos do negacionismo e da desinformação). Destaca, pois, a contribuição que tal perspectiva oferece à legitimação social do campo, com foco sobre o seu método e com vistas à revisão do contrato de comunicação com o público. Afastando qualquer pretensão demasiada, trata-se de uma tentativa de contribuir à filosofia do jornalismo contemporâneo a partir da linguagem como lugar epistemológico. É possível antecipar, nesse contexto, a necessidade de um investimento robusto na compreensão do caráter essencialmente dialógico da atividade jornalística, na qual representações e mediações são indissociáveis e a qual não pode prescindir da experiência como premissa na relação com o outro no processo comunicacional.

Palavras-chave: método; mediação qualificada; semiose da notícia; desinformação; jornadas de junho.

Abstract: This essayistic article draws inspiration from C.S. Peirce's (2003) methods of belief fixation to discuss the crisis of journalism in the digital environment (highlighted by phenomena such as denialism and misinformation). It emphasizes the contribution this perspective offers to the social legitimation of the field, focusing on its method and aiming at revising the communication contract with the public. Without any excessive pretension, it is an attempt to contribute to the philosophy of contemporary journalism from the language as an epistemological locus. In this context, it is possible to anticipate the need for a robust investment in understanding the essentially dialogic nature of journalistic activity, in which representations and mediations are inseparable and which cannot do without experience as a premise in the relationship with the other in the communicational process.

Keywords: methods; qualified mediation; news semiosis; misinformation; June Journeys.

Resumen: El artículo, de naturaleza ensayística, busca inspiración en los métodos de fijación de la creencia de C.S. Peirce (2003) para discutir la crisis del periodismo frente al entorno digital (destacada por los fenómenos del negacionismo y la desinformación). Destaca, pues, la contribución que tal perspectiva ofrece a la legitimación social del campo, con un enfoque en su método y con miras a la revisión del contrato de comunicación con el público. Apartándose de cualquier pretensión excesiva, se trata de un intento de contribuir a la filosofía del periodismo contemporáneo desde el lenguaje como lugar epistemológico. En este contexto, es posible anticipar la necesidad de una inversión robusta en la comprensión del carácter esencialmente dialógico de la actividad periodística, en la cual representaciones y mediaciones son inseparables y la cual no puede prescindir de la experiencia como premisa en la relación con el otro en el proceso comunicacional.

Palabras-clave: método; mediación calificada; semiosis de la noticia; desinformación; jornadas de junio.

Introdução

Quase 13 anos após as chamadas *Jornadas de Junho*, quando milhões de pessoas foram às ruas brasileiras manifestar demandas sociais diversas, em 2013, os efeitos concretos fruto de semioses difusas e intensas disputas de sentido ainda são objeto de tentativas de compreensão. Este artigo dedica-se, em parte, a essa tarefa, inspirado no breve ensaio “A fixação da crença”, de Charles Sanders Peirce, publicado em 1877¹. Uma discussão sobre a crise de legitimidade do jornalismo com foco sobre a dimensão metodológica do seu estatuto filosófico.

Quando junho de 2013 chegou, ninguém imaginava o caos informativo que levaria, quase 10 anos depois, em 2020, à “infodemia” constatada pela OPAS (Organização Pan-americana da Saúde) em meio à chegada da pandemia de covid-19². Também eram tímidos, à época, os sinais da ascensão vertiginosa da extrema direita política pelo mundo, sob a alcunha de “pós-verdade” — em acontecimentos emblemáticos como a eleição de Donald Trump, nos EUA, o Brexit, no Reino Unido, e a eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil —, todos aproveitando-se dos fenômenos sociais da desinformação e do negacionismo, concretamente potencializados pela agência de algoritmos sobre comportamentos em redes digitais mantidas pelas chamadas *big techs*: Google, Meta (dona das plataformas Instagram e Facebook e do aplicativo de mensagens Whatsapp) e Twitter (hoje X, adquirida pelo controverso bilionário Elon Musk). Em última instância, um novo ecossistema midiático do qual o jornalismo é parte, fragilizado, o que torna imperativo um investimento nos

¹ As citações a esta obra de Peirce neste texto se dão a partir de uma versão traduzida para o português de Portugal por Gradim (2003).

² Para saber mais, ver: <<https://curtlink.com/tg5RV3I>>. Acesso: 11 jul 2026.

estudos sobre os diferentes aspectos da sua crise (como causa e consequência da desinformação).

A proposta em curso, pois, inaugurada em trabalho anterior (Oliveira; Pastl, 2023), parte da face que implica a legitimidade do campo, em debate teórico e ensaístico, no âmbito da linguagem como lugar epistemológico, chamando ao diálogo a Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Peirce (2002), que oferece subsídios especialmente a partir das formas de fixação da crença com base em quatro métodos: da *tenacidade*; da *autoridade*; *a priori*; e da *ciência*.

A intenção, aqui, é produzir aportes tendo a transparência do método como forma de legitimá-lo, ao encontro do que propusera Pastl (2022), movimento que reitera a proposta de uma filosofia do jornalismo que o toma como mediação qualificada — testada em diferentes fóruns (Oliveira, 2015; 2018; 2021; Oliveira et al., 2019; Oliveira et al., 2020; Oliveira; Garcia, 2022) —, e chama a atenção para o caráter dialógico de uma atividade na qual representações e mediações são indissociáveis e a qual não pode prescindir da experiência como premissa, perspectiva que destaca o lugar do outro no processo comunicacional.

Cumprе ressaltar que a inscrição à filosofia se dá sob o cuidado de evitar qualquer pretensão demasiada. É um esforço singelo de estímulo a uma atualização da compreensão das leis gerais e existenciais do jornalismo, seus valores e fins ante a uma esfera pública conformada pelo ambiente digital. E não se trata exatamente de inovação. Não quando é evocado no debate Beltrão (1960), imbuído de propósito parecido à metade do século passado, quando propunha o desenvolvimento perene de prática e teoria do jornalismo, preocupado, muito antes do “boom digital”, com a incidência da tecnologia. Ele antecipa, por exemplo, uma visada centrada no compromisso com o público, passando pela formação profissional, ética e técnica e a denúncia sobre a incompatibilidade entre o projeto do jornalismo como forma de conhecimento e o sensacionalismo — hoje, representado pela consigna “caça-clique”.

A opção por concentrar a discussão na dimensão metodológica do estatuto do campo dialoga também com Miguel (2022), na reavaliação que faz da noção do jornalismo como “sistema perito” (Giddens, 1991). Ao localizá-lo no que chama de “novo ambiente comunicacional”, atribui a confiança no método — cujo conhecimento se restringia a profissionais e acadêmicos, alcançando no máximo o *establishment* político — a legitimidade para exercer funções como a seleção dos acontecimentos que devem ser

representados na esfera pública, dos sentidos desencadeados pelo acontecimento que merecem compor sua representação, ou, ainda, técnicas narrativas e princípios deontológicos e éticos como objetividade, imparcialidade e impessoalidade — ainda sob o paradigma clássico do jornalismo moderno, refutado pela filosofia da linguagem.

O declínio da legitimidade passa, então, por uma espécie de abertura da “caixa preta” proporcionada pelas redes digitais, onde o jornalismo é exposto, e pelo domínio das técnicas de produção e distribuição de conteúdo pelo público. “Em particular, [...] seu funcionamento como sistema perito se encontra sob ameaça” (Miguel, 2022, p. 197). O acesso ao mundo não é mais prerrogativa exclusiva do campo, o que impõe a ele a compreensão da sua crise na fase mais recente e a necessidade de reinventar-se.

É possível inferir, por ora, que a forma como o sistema midiático – tanto quanto o sistema científico amparado institucionalmente – ancora a crença em si no período pré-digital com base nos métodos a priori e da autoridade é, parte, determinante da crise atual. Esse movimento realça a incompreensão inicial do *status quo* acerca da natureza rizomática (Deleuze; Guattari, 2011) das dinâmicas sociais contemporâneas, cuja complexidade não é suportada pela semiose da notícia (Henn, 1996; Oliveira, 2018) convencional, pretensamente linear e capaz de encerrar sentidos em representação única.

Ao jornalismo caberia uma revisão robusta do contrato de comunicação com o público — com referência em Charaudeau (2006) por meio da introdução ao conceito que faz Benetti (2008) para o estudo de processos jornalísticos -, considerando, em especial, a agência de algoritmos em meio às condições em que esse contrato se estabelece na contemporaneidade (Araújo, 2018). Tal revisão permitiria, potencialmente, a reconstituição da sua legitimidade em novos parâmetros. Embora experimental no arranjo teórico em construção, a suspeita inicial é sobre a pertinência da aposta na transparência do método utilizado para o exercício da representação do mundo e da mediação entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade, presumida a produção de conhecimento sobre o presente que resulta desse exercício (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1998).

A semiose da notícia

A prática jornalística como semiose é considerada um exercício de produção de signos (Henn, 1996; Oliveira, 2018). A partir da Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Peirce, então, pretende-se promover a reflexão sobre a crise do jornalismo. O seu projeto filosófico, antes de qualquer relação específica com determinada ciência, propunha

a compreensão dos fundamentos do conhecimento, porque todo o pensamento humano é processado por signos. Fruto dessa premissa, convencionou tratar a semiótica como a “ciência das ciências”, pelo que colheu acusações de ambição demasiada (Oehler, 1987, p. 3). Peirce debate com a filosofia idealista de Kant a primazia de um pragmatismo capaz de explicar como o conhecimento se estabelece e avança. A concepção muda em relação aos idealistas; o pensamento só é possível em signos que emergem em processo eminentemente fenomenológico de afetação da mente (Oliveira, 2018).

Ainda como premissa, compreende-se que é na linguagem que reside a materialidade do jornalismo, sobretudo quanto à função: ocupar um lugar de mediação qualificada na esfera pública, como campo capaz de produzir certo tipo de conhecimento específico entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade.

O conceito de esfera pública é proposto à reflexão, em Habermas (2003), na relação com Peirce. Quando Oehler (1987) retoma o percurso histórico da sua semiótica, aponta uma preocupação teleológica com o *consenso* (nos termos técnicos com os quais o semioticista trabalha) como conceito capaz de elevá-la a uma dimensão pragmática; da síntese transcendental kantiana à síntese semiótica da interpretação. Em Habermas, a ação comunicativa na direção do bem-comum é balizada por quatro premissas: *compreensibilidade* na expressão; *verdade* na mensagem; *veracidade* na enunciação; *exatidão* no discurso. Em Peirce (2002), uma representação da realidade capaz de produzir algum nível de *consenso* é calcada na escolha, pelo método adequado, dos signos mais precisos para representar os objetos.

A semiótica peirceana oferece, finalmente, uma relação lógica que tenta evitar o idealismo, privilegiando a fenomenologia típica do pragmatismo. Eco (1976, p. 317) corrobora ao advogar que ela pode permitir a percepção da intersubjetividade quando reconhece os sujeitos numa dada situação de comunicação “apenas enquanto eles se manifestam através de funções sógnicas, desempenhando funções [...], criticando [...] funções [...], e reestruturando as funções [...] preexistentes”.

O breve panorama teórico serve à introdução do conceito de semiose da notícia: processos pensados desde a pauta, como etapa inicial do fluxo da notícia (Henn, 1996), até a sua atualização em meio ao ambiente digital e processos sociais difusos (Oliveira, 2018). Em Peirce, semiose é uma ação envolvendo a cooperação de três sujeitos — um signo, seu objeto e seu interpretante. É dessa definição que decorre a constituição do esquema lógico na semiose da notícia que tem: *objeto/acontecimento* — *mente*

interpretante/jornalismo — signo/notícia. É um fluxo submetido às etapas históricas do processo de produção da notícia. Uma série de “guias de sentido” atuam na significação do acontecimento, determinando uma representação cerceadora da potência que ele tem para revelar campos problemáticos a partir do que Quéré (2005) chamou de “poder hermenêutico” de que é dotado.

É na terceira dimensão do signo que se manifestam as tais “guias de sentido”, cuja designação técnica Peirce atribuiu *legi-signo* (2002): signos que representam seu objeto por força de lei. Pelo que tem de convenção, o *legi-signo* é capaz de representar objetos abstratos, sem materialidade. Uma ideia. Um valor. Não representa o singular; mas o geral: “o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros”, ensina Santaella (1983, p. 14). Agem e interagem sistemas de produção de sentido, como o próprio jornalismo, e discursos que se valem de diferentes sistemas no espaço simbólico que Lotman (1996) denominou *semiosfera*³ — a Igreja, o Estado, a Escola... A ciência.

Para Hartley (1991), é preciso considerar o encontro entre sistemas que compõem um discurso para entendê-lo: circunstâncias históricas, culturais, produção e condições de consumo. Daí emergem quatro categorias de *legi-signos* que incidem sobre a semiose da notícia outrora investigada, ainda antes da consolidação das redes sociais digitais (Oliveira, 2012): *do neoliberalismo como ambiente semiótico; do jornalismo como sistema de produção de sentido; dos jornais como empresas de comunicação; dos jornalistas como operadores sígnicos*. As práticas jornalísticas são entendidas, assim, como *legi-signos* na semiose da notícia. Tal perspectiva, quando articulada com o contrato de comunicação de que temos tratado, pode ser acoplada à reflexão sobre as condições em que ele é firmado contemporaneamente: os algoritmos, que determinam fluxos de produção de sentido em plataformas de redes sociais, se constituiriam, então, como sistemas a compô-lo.

A agência algorítmica influencia as narrativas e formata a maneira como produzimos sentido nas plataformas — determinando a forma, a densidade, a linguagem, o aprofundamento e a velocidade dos conteúdos a partir delas produzidos. A formata por meio de definições algorítmicas que são absorvidas pelo público apenas por um processo de tentativa, erro e observação dos usuários, que as entendem ao perceber nas métricas de desempenho o que funciona e o que não funciona. São normas que nunca são ditas aos

³ Em analogia à biosfera, o semiótico a define como o espaço não físico em que a vida ganha sentido; em que se constituem as condições para a significação humana sobre o mundo, com ênfase na cultura.

usuários, mas mesmo assim são por eles compreendidas, embora não na sua totalidade (Araújo, 2018), e, mesmo ocultas, influenciam a percepção/representação de mundo que impingem. A falta de transparência também permite que as leis sejam mudadas a qualquer momento — reformulando consigo os sentidos produzidos —, à mercê dos interesses das *big techs* e vulnerável ao crescimento de valores conservadores e ao polo político da extrema direita, como se percebe em fenômenos políticos recentes, em referência aos citados na introdução deste texto à guisa de justificativa para a premência do debate.

É nesse meandro que a transparência do método tem sido pensada como *legi-signo* na semiose da notícia (Pastl, 2022; Oliveira; Pastl, 2023), visando à revisão do contrato de comunicação com o público à luz das condições em que se estabelece na atualidade. A suspeita é que, ao compreendê-la nessa visada, o jornalismo enfrentaria um dos catalisadores da crise atual: a perda de credibilidade, que leva, em corolário, à crise de legitimidade.

Crise de legitimidade, negacionismo e desinformação

Junho de 2013, no Brasil, é o signo de semioses potencialmente transformadoras que se expandiam pelo mundo, como no Oriente Médio e no Norte da África (*Primavera Árabe*), nos EUA (*Occupy Wall Street*) e na Espanha (*Indignados*). Em comum, expressavam sentidos de libertação, produzindo tensões inéditas no período pós-Segunda Guerra Mundial sobre o espectro político que vai de ditaduras autocráticas e teocráticas às instituições globalistas; a representação das demandas sociais, nesse contexto, com a centralidade do jornalismo, é posta em cheque por formas, àquela altura, aparentemente mais autônomas (Oliveira, 2018).

Não é arriscado prever que uma semiose da notícia de lógica pretensamente linear teria dias contados. E sobre o jornalismo, como campo social e profissional, tem se abatido consequências severas de novas formas de intervenção na esfera pública, com as redes sociais digitais como espaço alternativo de articulação e significação dos acontecimentos.

Durante pesquisa de campo no jornal *Folha de S. Paulo*, em 2013, publicada em trabalho anterior, profissional da direção da redação admite, durante reunião de pauta: “[es]tá na cara que a força e a rapidez de mobilização [es]tá calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não [es]tá nem aí para o que a gente diz. O efeito disso temos que discutir” (Oliveira, 2018, p. 16). Era a percepção do jornalismo

brasileiro sobre a crise de legitimidade que se desencadeava em meio às Jornadas de Junho.

Em jogo estava, em termos gerais, a crença nos valores abstratos prescritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos modos de sociabilidade impostos pela globalização de bens culturais e de consumo. Em todos os casos, porém, a prevalência de valores conservadores na disputa de sentidos permite a ascensão de projetos ainda mais autoritários, inclusive na comunicação propriamente, como é o caso da agência de algoritmos nas plataformas de redes sociais, à vontade incontida das *big techs*, empoderando a extrema direita política e frustrando as primeiras previsões mais entusiasmadas desse novo fluxo social.

Isso tudo sob a égide dos algoritmos no âmbito das condições em meio às quais o contrato de comunicação se estabelece — ou não se estabelece —, como observa Miguel (2023, p. 196):

o principal aspecto do novo ambiente comunicacional não é a pluralização de vozes e de perspectivas sociais e políticas, que permitiria ampliar e aprofundar o debate público. [...] o efeito principal das novas tecnologias é a formação de enclaves discursivos fechados em si mesmos (“bolhas”) e a erosão da referência a uma realidade fática comum, necessária para o avanço de qualquer troca argumentativa (“pós-verdade”).

O motor dos questionamentos às formas consensuais de representação e mediação é o que Santaella (2008) chamou de “sobras” que resultam de qualquer semiose – e, é de se deduzir, da semiose da notícia. Ou seja, considerando a realidade inapreensível senão pela linguagem, é o signo que representa os objetos, mas jamais em sua totalidade. Cada semiose, em particular, se processa a partir de escolhas sógnicas que se dão no âmbito do interpretante. Ao passo em que o jornalismo significa os acontecimentos numa semiose orientada pelos legi-signos que o compõem, nas redes sociais outras semioses se desenrolam, configurando uma disputa de sentidos sobre a realidade. É um fenômeno que abala o poder de agendamento do jornalismo e empodera, potencialmente, o público, levando pesquisadores a investigar uma transição dos valores-notícia ao que têm chamado de “valores- compartilhamento” (Trilling et al., 2017).

Lisboa e Benetti (2017) contribuem para a compreensão dos efeitos da crise sobre a credibilidade. No ambiente digital, a *credibilidade constituída* e a *percebida* entram em dissonância. A autoridade do jornalismo como detentor da verdade (aqui entendida como credibilidade constituída) é posta em xeque com a possibilidade do público confrontar as

informações noticiadas com um número cada vez mais expandido de fontes. A percepção da credibilidade, nesse olhar, é uma constante negociação.

A noção sobre uma credibilidade negociada com o público marca também a proposta de uma filosofia do jornalismo concebida por Beltrão (1960). E se agora a expansão das redes sociais digitais é o *locus* principal dessa negociação (Benetti, 2020), atravessada pelos exaustivamente referidos algoritmos, na metade do Século 20, em meio à “modernização tardia” do jornalismo brasileiro — expressão, à época, do colonialismo com contornos de globalização (Jácome, 2023) —, a discussão se concentrava na expansão das mídias de massa: mudanças editoriais nos jornais como empresas; inovações gráficas; e a consolidação da concorrência.

Já a desinformação, que acirra a crise atual, é entendida como um conjunto de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são criadas intencionalmente com a função de gerar algum tipo de ganho político; ou, ainda, excesso de informação, falsa ou verdadeira. A desinformação engana o público pela imitação de notícias (Tandoc Jr et al., 2018). Em relação à credibilidade, então, esse cenário contribui para uma confusão dos usuários sobre o que é e o que não é informação jornalística.

Além de impactar diretamente a crise de credibilidade do jornalismo, o espalhamento de desinformação é um problema de saúde pública (sobretudo em países com a formação socioeconômica e cultural semelhante à do Brasil) evidenciado pela pandemia de covid-19. E a hidroxiquina, como signo, é um dos vários combustíveis. Usualmente prescrita para tratamento de lúpus e artrite reumatoide, a droga passou a ser apresentada como a “cura” para a covid-19, embora as evidências científicas nunca tenham confirmado sua eficácia e conteúdos sobre o assunto tenham sido desmentidos (Recuero et al., 2020).

Depois das correções posteriores, a desinformação já havia se espalhado. No Brasil o então presidente Jair Bolsonaro, representante genuíno do negacionismo e da desinformação, fez ampla defesa do uso da hidroxiquina. Até então restrito a pacientes graves e hospitalizados, devido ao risco de provocar arritmia, o Ministério da Saúde, sob Bolsonaro, autorizou, em 20 de maio de 2020, o uso do remédio para casos leves. A venda passou a prescindir de prescrição médica e houve desabastecimento. No início de 2021, casos de hepatite medicamentosa ocuparam o noticiário, levando pacientes à fila de transplante de fígado pela ingestão descontrolada desse e outros remédios, na combinação conhecida como “kit covid”.

É nesse ruidoso cenário de crises e instabilidade dos conceitos de verdade e credibilidade que o jornalismo se vê desafiado a repactuar o contrato de comunicação que estabeleceu com o público em democracias liberais ocidentais ao longo do Século 20. De um ponto de vista epistemológico, a proposta é tomá-lo como mediação qualificada (Oliveira, 2018), pela qual passa, antes, a revisão do seu estatuto filosófico, onde se localiza a discussão da transparência como espécie de nova “cláusula”.

Da fixação da crença à mediação qualificada

Quando Peirce escreveu “A fixação da crença”, em 1877, não imaginaria a consolidação do ambiente digital, mais de 100 anos depois. Sua atualidade, porém, é indiscutível quando em suspeição está o cenário de desinformação e negacionismo, a tensão sobre as instituições ocidentais da modernidade, sobretudo com a consolidação de um conhecimento mínimo sobre a agência de algoritmos em processos sociais.

A fenomenologia e o falibilismo, fundamentos do pragmatismo, são base para o entendimento da crença como promotora de conforto e esperança ante a realidade caótica dos acontecimentos. É do que decorre a criação de grandes sistemas de compreensão do mundo, boa parte inspirados pela filosofia idealista e a metafísica, alvos de ponderações. Peirce (2003, p. 4) alerta: “Onde a esperança não é confrontada com qualquer experiência, é provável que o nosso optimismo seja extravagante”. Haveria, aí, uma tendência à crença em detrimento da dúvida, sempre amparada em hábitos de interpretação dos fenômenos mais ou menos lógicos, a partir dos quais emergiriam inferências sobre o seu funcionamento (Oliveira; Pastl, 2023).

“O hábito específico da mente que governa esta ou aquela inferência pode ser formulado numa proposição cuja verdade depende da validade das inferências que o hábito determina; e tal fórmula é chamada princípio condutor da inferência”, explica Peirce (2003, p. 5). É um raciocínio que leva a uma associação quase mecânica com o debate acerca da (in) eficácia da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19 como signo do negacionismo da extrema direita política. Fruto de uma premissa falsa, amparada por essa ou aquela experiência individual de “cura” da doença, a inferência lógica é a universalização do uso do medicamento. É uma forma de significação da realidade caótica que a pandemia

inaugura, como acontecimento, que garante um certo nível de conforto e esperança frente às incertezas que a acompanhavam.

Peirce define as quatro formas de fixação da crença, com ênfase, inicialmente, nos métodos da *tenacidade*, da *autoridade*, e a *a priori*, que se sustentam, basicamente, no mesmo princípio. Na tenacidade, o protagonismo é atribuído a hábitos historicamente convencionados, preservados pelo senso comum; à autoridade, uma dinâmica a partir da qual a crença é fixada por uma força social, normalmente institucional e coercitiva; e, por fim, no método a priori a crença se dá pela ação de um sistema filosófico – uma ideologia específica ou uma religião, por exemplo (Peirce, 2003).

Majoritariamente com base nesses três métodos é que o jornalismo se constituiu na modernidade como instituição social outorgada para definir o que é atual e relevante no presente (Franciscato, 2005). Uma outorga obtida não por um estatuto socialmente legitimado, com teoria e métodos próprios (como os campos do direito ou da medicina), mas pela atribuição dessa tarefa a partir de uma autoridade institucional reconhecida pelo conjunto de agentes que compõem uma dada esfera pública, o que sempre dificultou o assentamento de uma filosofia própria.

Nesse arranjo, os métodos da tenacidade e a priori cumprem papel determinante: o primeiro, ao perpetuar, pelo hábito, a autoridade obtida pela outorga conferida por outros campos; o segundo, na ideologia jornalística, que reivindica a condição de “quarto poder” em democracias liberais ocidentais. No cenário em que a representação que o jornalismo faz dos acontecimentos, na condição de objeto semiótico, é questionada, quando não refutada, por sentidos que ele não considerou no signo/notícia – as “sobras” de que fala Santaella (2008) —, sua autoridade (independentemente de por quem lhe é atribuída) é estruturalmente abalada, do que decorre a dúvida sobre a crença; sua credibilidade é afetada também no âmbito da tenacidade e do a priori.

Resta, então, a aposta no método *da ciência* – não como prática jornalística, que se difere da científica, importante reiterar, mas como forma de revisar a fixação da crença sobre o campo e, conseqüentemente, promover sua legitimidade. Peirce (2003, p. 17) atribui a ele uma hipótese fundamental, em linguagem que entende ser “familiar”: “existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas; estas realidades afetam os nossos sentidos de acordo com leis regulares [...] podemos descobrir, através do raciocínio, como as coisas realmente são”. Nesse contexto,

o conhecimento é indissociável da experiência, com destaque para o método por meio do qual é realizada.

Vislumbra-se, aí, a possibilidade de enfrentamento da crise do jornalismo não por meio da reiteration da sua autoridade na forma como fora constituída, lastreada no discurso de uma “verdade não mediada”, e, sim, pela transparência do método por meio do qual representa a realidade dos fatos. Importaria menos uma noção de totalidade da representação que o signo/notícia é capaz de representar; importaria mais a confiança no método de representação, independentemente da sua eventual parcialidade em relação ao todo do acontecimento ou das crenças do público em relação ao contexto acontecimental.

“O conhecimento do perito [representado pelo jornalista] é, em tese, acessível a qualquer um que se disponha a aprendê-lo” (Miguel, 2022, p. 198), o que pressupõe um conjunto de práticas, métodos e teorias sistematizado em programas que possibilitem essa obtenção de conhecimento, seja por parte de quem o exerce ou por quem se decida a compreendê-lo. Em Peirce (2003, p. 18), “O teste para saber se sigo verdadeiramente o método não é um apelo imediato aos meus sentimentos e objetivos, mas, pelo contrário, envolve ele próprio a aplicação do método”.

Seria um investimento na operacionalização de um chamado renitente, embora ainda não suficientemente aprofundado, à revisão do estatuto do campo (Oliveira, 2015; 2018; Oliveira et al. 2022; Oliveira et al., 2020; Oliveira, 2021; Oliveira; Pastl, 2023), transitando de uma dimensão filosófica a uma dimensão mais conceitual e com vistas ao desenvolvimento de práticas. Dialogando novamente com Habermas (2003), o jornalismo tratar-se-ia de uma atividade de mediação em busca do melhor argumento. Caberia a ele, portanto, não apenas circular discursos que compõem uma dada esfera pública, mas escrutiná-los — fazendo-o, na mediação qualificada, com teoria e métodos próprios. Na filosofia do jornalismo, uma compreensão hermenêutica do chamado que faz Beltrão ao papel de “formar a opinião pública”, não apenas informá-la.

Miguel (2022, p. 204) contribui para uma argumentação pragmática sobre a viabilidade desse projeto:

As funções do jornalismo continuam tendo que ser supridas. A pulverização dos canais potenciais de publicização de discursos não eliminou a necessidade de *gatekeepers*, isto é, de alguém que recolha, selecione e hierarquize as informações. Mesmo que as novas tecnologias possam ter viabilizado o acesso direto a algumas delas, o integrante comum do público não tem condições de assumir o trabalho de filtrá-las. Não é razoável esperar que todos tenham que ler milhares e milhares de páginas de

documentos vazados pelo *Wikileaks* ou assistir a horas intermináveis de vídeos postados por mídias-ninjas para, a partir daí, encontrar aquilo que é importante.

O que o jornalismo fez historicamente, no entanto, foi arguir técnicas de linguagem, como a objetividade e a imparcialidade, como constituintes da sua existência, reforçando a crença em si por meio, sobretudo, dos métodos da autoridade e da tenacidade, e retificando essa crença pelo método a priori; um plano de princípios éticos e deontológicos que assegurava o contrato de comunicação e do qual sempre emergiram explicações pretensamente técnicas para ocultar interesses políticos e econômicos, sem que houvesse qualquer necessidade de assentar a sua filosofia própria que considere as contingências ideológicas do seu fazer.

No movimento de revisão proposto (que demanda ainda aprofundamento), imparcialidade e objetividade saem da dimensão da ontologia e passam, a partir de uma construção epistemológica, estritamente à metodologia. Um reposicionamento inspirado em Ward (2010, p. 138-139), que separa a objetividade em três diferentes sentidos: “ontológico, epistemológico e processual”. O fenômeno em si é da ordem da objetividade ontológica; a tentativa de apreendê-lo passa pela construção epistemológica de métodos de investigação e verificação; métodos que dão forma à objetividade processual, na dimensão metodológica do estatuto do jornalismo (Oliveira, 2018).

Em meio à profusão de sentidos na esfera pública digitalizada, o jornalismo seria o sistema capaz de conferir inteligibilidade à realidade caótica dos acontecimentos. É uma proposta ousada – e incipiente, é preciso admitir –, na medida em que poderia resultar, se acolhida e bem-sucedida, na constituição do campo também como espécie de “guardião da semiodiversidade”, ao representar experiências na relação com o mundo para além daquelas que a minha própria existência é capaz de alcançar (incluindo a minha “bolha” de sentido). Peirce (2003, p.10) contribui para a defesa da proposta a partir da sua experiência pessoal: “Lembro-me de uma vez me terem pedido que não lesse certo jornal, com receio de que poderia mudar a minha opinião sobre o livre comércio”.

Considerações finais

Miguel (2022, p. 212) conclui a reavaliação que faz da noção do jornalismo como “sistema perito” destacando o caráter dialógico de qualquer que seja o resultado de um movimento de reflexão ante a crise: “[...] a tarefa é reinventar-se, de um modo que ainda não se pode saber exatamente qual será, mas que certamente precisará ser mais pluralista

e mais participativo”. Isso porque a concepção majoritária no mercado é a de que o jornalismo, assim como outros campos sociais dotados de alguma *expertise*, baseia a crença em si na distância entre consumidores e especialistas, em sentido oposto à tendência observada no “novo ambiente comunicacional”, onde “Cada vez mais, a identificação entre o emissor e seu público torna-se a chave para o sucesso do processo comunicativo” (Miguel, 2022, p. 205).

As primeiras reações verificadas no jornalismo empresarial são instintivas, como na ação junto ao STF (Supremo Tribunal Federal) movida pela ANJ (Associação Nacional de Jornais), em 2016, para impedir a atuação no Brasil de veículos baseados no exterior, possibilidade típica do ambiente digital. Sem sucesso, logo a reação é mais reflexiva, ao que se atribui, em texto anterior (Oliveira, 2021), um segundo estágio no enfrentamento à crise, quando da adesão do jornal *Folha de S. Paulo* e da revista *Veja* à #VazaJato, série de reportagens que culminou na anulação dos processos ilegais contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva na justiça. Ambos os veículos deram transparência aos procedimentos jornalísticos utilizados para confirmar a veracidade dos arquivos de diálogos de aplicativos de mensagens hackeados e a partir dos quais o *The Intercept Brasil* deu início às revelações de perseguição contra Lula.

Mais recentemente, também a *Folha de S. Paulo* avança, ao reconhecer, após provocação do seu *ombudsman*, a insuficiência de iniciativas que tentem competir com a abundância e a velocidade das informações no ambiente digital. É o caso do noticiário esportivo. Em resposta, a direção do jornal evoca uma transição “para uma edição qualitativa, em que [o jornal] possa oferecer enfoques diferenciados ao leitor, conteúdos que ele não encontra na maciça cobertura esportiva de TVs, streamings e redes sociais” (*apud* Mariante, 2022, s. p.), nitidamente percebendo a necessidade de empreendimentos que permitam ao público obter um conhecimento específico sobre o presente; em outras palavras, o valor de acesso ao mundo, por si só, já não basta.

No âmbito acadêmico, além de esforços em áreas como a sociologia da profissão, a economia do jornalismo e o estudo de tecnologias, no intento da operacionalização da mediação qualificada Oliveira et al. (2022) propõem o *agir cartográfico* como postura teórico-metodológica capaz de dar conta da representação de fenômenos contemporâneos complexos, sob o conceito de *ciberacontecimento*, cuja anatomia é rizomática (Deleuze, Guattari, 2011), diferentemente da natureza arbórea que acompanhou o acontecimento no período pré-digital.

É possível, como conclusão parcial, avançar em inferência anterior (Oliveira; Pastl, 2023) sobre a pertinência da hipótese de que ao adotar a transparência no método, constituída como legi-signo na semiose da notícia, o jornalismo estaria o legitimando, com referência nas quatro formas de fixação da crença. É uma hipótese muito inicial, claro, o que demanda ainda testes a partir de iniciativas de veículos jornalísticos e, sobretudo, de uma investigação mais aprofundada – além do diálogo com outras perspectivas teóricas.

Miguel (2022) apontara, por outro lado, limites em experiências como o Projeto Credibilidade (também objeto de reflexão de Oliveira e Pastl, 2023), que reúne veículos em torno de indicadores de transparência na relação com o público, mas pouco avança sobre a revisão do próprio método jornalístico tradicional – cuja contribuição para a crise de legitimidade é determinante (Oliveira, 2012) –, ou a checagem de fatos, que recorre a autoridade para apurar e determinar o que é verdade e o que é mentira. Ora, se essa autoridade para representar o que acontece no mundo é filosoficamente questionada, a resposta é, por consequência, de natureza também filosófica, não meramente técnica.

A epistemologia do jornalismo certamente é diversa das ciências, incluindo as ciências humanas, mas Miguel (2022) a defende também como geradora de conhecimento – ao encontro de Genro Filho (1987). A ação do campo, portanto, para alcançar credibilidade sobre o conhecimento que produz, deve ser presidida pelo método capaz de extrair os aspectos centrais das informações que circulam em abundância, como já propunha Beltrão (1960), lançando luz sobre a importância da formação do jornalista. Trata-se, em Peirce (2002), do conhecedor do método capaz de representar os acontecimentos pelos seus sentidos que mais atendem ao interesse público teleológico.

O que complexifica o reconhecimento da legitimidade e da própria epistemologia do jornalismo, hoje, é justamente a negação de qualquer conhecimento consensual, mesmo em relação às ciências naturais, como são os casos de movimentos terraplanistas, contra vacinas ou o negacionismo climático. Destaca-se, assim, a necessidade de um investimento, no interior da filosofia do jornalismo, sobre a compreensão da natureza essencialmente dialógica da atividade, com ênfase na experiência do outro. É uma tarefa para a qual postula-se que a fenomenologia de Peirce, para quem a semiose só é plena quando considera todos os agentes do processo comunicacional, contribua.

Referências

- ARAÚJO, W. F.. A construção da norma algorítmica: análise dos textos sobre o Feed de Notícias do Facebook. **E-COMPÓS**. Brasília, v. 21, p. 1-21, 2018.
- BELTRÃO, L. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Agir, 1960.
- BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**, v. 15, p. 13-28, 2008.
- BENETTI, M. Os leitores como comunidade discursiva. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 17, p. 182-193, 2020.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: 34, 2011.
- ECO, U. **A Theory of Semiotics**. Bloomington: Indiana University Press, 1976.
- FRANCISCATO, C. **A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. São Cristóvão: UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.
- PEIRCE, C. S. **A fixação da Crença**. Covilhã, Portugal: Universidade da Beira Interior, 2003. Tradução de Anabela Gradim.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARTLEY, J. **Understanding News**. Londres: Routledge, 1991.
- HENN, R. C. **Pauta e notícia**. Canoas: Ulbra, 1996.
- JÁCOME, P. MODERNIZAÇÃO COMO MANDATO: relações temporais coloniais em discursos autorreferentes do jornalismo brasileiro. In: **Anais do 32º Encontro Anual da COMPÓS**, v. 32, São Paulo, 2023.
- LISBOA, S.; BENETTI, M. **Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem**. Estudos de Jornalismo e Mídia, v. 14, p. 51-62, 2017.
- LOTMAN, Y. **La semiosfera**. Madri: Catedra, 1996.
- MARIANTE, J. H. **O Brasil tá vendo. E a Folha?**. Folha de S. Paulo, 2022. Disponível em: <https://curtlink.com/9EJacua>. Acesso: 18 ago. 2023.
- MEDITSCH, E. **Jornalismo como Forma de Conhecimento**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38, 1998.
- MIGUEL, L. F. O jornalismo no novo ambiente comunicacional: uma reavaliação da noção do -jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, v. 34, p. 195-216, 2022.
- OEHLER, K. **An Outline of Peirce's Semiotics**. New York: Plenum Press, 1987.

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo**. 286f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2012.

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **Do acontecimento à mediação**: reflexões sobre a crise do jornalismo. In: 24º Encontro Nacional da Compós, 2015, Brasília. Anais do 24º Encontro Nacional da Compós, 2015.

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **La semiosis de la noticia**: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo. Editorial UOC, 2018.

OLIVEIRA, Felipe Moura de. **Da crise à mediação qualificada: apontamentos a partir da #VazaJato. Como ciberacontecimento jornalístico**. PAUTA GERAL, ESTUDOS EM JORNALISMO, Volumen 8, 1-19, Ponta Grossa (PR), 2021.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; GARCIA, I. S. **Zap Matinal**: mediação e curadoria como enfrentamento ao caos informativo na pandemia de covid-19. In: 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2022, Fortaleza (CE). Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2022.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; NICKEL, B.; KALSING, J. **A notícia contada, explicada e conversada: colaboração e mediação no jornalismo praticado em podcast no Brasil**. FRONTEIRAS, Volumen 22, 148-160. DOI: 10.4013/fem.2020.223.12, São Leopoldo (RS), 2020

OLIVEIRA, Felipe Moura de; OSÓRIO, M. C.; HENN, R. C. Agir cartográfico. **ALCEU (ONLINE)**, v. 22, p. 44-65, 2022.

OLIVEIRA, Felipe Moura de; PASTL, C. M. L. Crise do jornalismo, transparência e fixação da crença: reflexões a partir do Projeto Credibilidade. In: **Anais do 32º Encontro Anual da COMPÓS**, v. 32, São Paulo, 2023.

PASTL, C. M. L. **A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO JORNALISMO**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Jornalismo, Porto Alegre, 2022.

PASTL, C. M. L. **A transparência enquanto legi-signo na semiose da notícia**: uma proposta inicial de tipo ideal ao jornalismo em meio à crise de credibilidade. 2025. 200 fls. Dissertação de Mestrado em Comunicação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.

PEIRCE, C. S. The Collected Papers of Charles Sanders Peirce. In: **Past Masters**, CD-ROM. EUA: IntelLex Corporation, 2002.

QUÉRÉ, L. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n. 6, p. 59-76, 2005.

RECUERO, R.; SOARES, F.; ZAGO, G. **Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter**. Contracampo, Niterói, v. 40, n. 1. 2020

SANTAELLA, L. **A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas**. São Paulo: Cengage Learning, 2008

SANTAELLA, L. **O que é Semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W.; LING, R. Defining “fake news” – a typology of scholarly definitions. **Digital Journalism**, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2018.

TRILLING, D.; TOLOCHKO, P.; BURSCHEER, B. “From newsworthiness to shareworthiness”. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 94 (1): 1-23, 2016.

WARD, S. Inventing Objectivity: New Philosophical Foundations. In: MEYERS, C. (Org). **Journalism Ethics: A Philosophical Approach**. New York: Oxford University Press, 2010. p. 137-152.

DADOS DE PUBLICAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito, Coleta e análise de dados: F. M. Oliveira

Discussão dos resultados: F. M. Oliveira

ORIGEM DA PESQUISA

Título do projeto do qual se origina a pesquisa: *Jornalismo e desinformação: o agir cartográfico como proposta teórico-metodológico*.

Coordenador: Felipe Moura de Oliveira, Departamento de Comunicação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

A pessoa autora declara não haver interesses conflitantes.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA E OUTROS MATERIAIS

A pesquisa não possui dados. O artigo não contém dados coletados ou obtidos por meio de análises a partir de fontes primárias.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à revista Estudos em Jornalismo e Mídia os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em *site* pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Daiane Bertasso Ribeiro

Arthur Freire Simões Pires

Rogério Christofolletti

HISTÓRICO

Recebido em: 16-08-2024

Aprovado em: 16-07-2026

Publicado em: 20-08-2026